

Constituinte no fim de semana fica vazia por falta de pauta

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deverá convocar para amanhã a primeira de 12 sessões extraordinárias, com assunto pré-estabelecido, para que se iniciem, efetivamente, os debates constitucionais. As duas sessões realizadas neste final de semana são a prova de que a ausência de uma pauta provoca desinteresse entre os parlamentares. Nessas sessões, havia mais gente de segurança do que constituintes. Além disso, os oradores falaram desordenadamente sobre vários assuntos. O Deputado Dionísio dal Prá (PFL-PR), por exemplo, preferiu homenagear colonos e motoristas do que debater temas constitucionais.

Todas as lideranças partidárias — à exceção do líder do PFL, deputado José Lourenço, que ainda não tomou posição — já concordaram com a realização de sessões extraordinárias para evitar o esvaziamento. Na sessão de sábado, apesar da lista de presença registrar 145 parlamentares, só oito estavam em plenário quando a sessão abriu e, em nenhum momento, o total de presentes ultrapassou 12, apesar de o deputado Ulysses Guimarães ter prestigiado a sessão por 25 minutos, sem, no entanto, assumir a presidência dos trabalhos.

Dispersão — Ontem a lista de presença registrou 129, mas no plenário apenas sete estavam à abertura da sessão, embora no momento de maior afluência houvesse 15 parlamentares no plenário. O deputado Ulysses Guimarães assistiu aos cinco minutos finais, sentado ao lado do líder em exercício do PMDB, Paulo Macarini (SC). No sábado e no domingo, as galerias permaneceram vazias. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que esteve nas duas sessões, acredita que as sessões extraordinárias serão importantes "para provocar um interesse maior dos constituintes pelos debates".

A falta de uma pauta definida acaba transformando as sessões num desfile de temas sem nenhuma relação entre si e sem nada a ver com a futura Constituição. Na sessão de sábado, depois que o deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS) disse que era contra transferir a competência da segurança nas estradas da Polícia Federal para as polícias militares, como prevê o anteprojeto, o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) fez uma longa exposição sobre as assembleias nacionais constituintes, sem tirar nenhuma conclusão.

O deputado Mendes Thame (PFL-SP), falou que é contra o depósito compulsório sobre a gasolina e o álcool, alegando, inclusive, que a medida é inconstitucional, enquanto o senador Wilson Martins (PMDB-MT), pediu uma Constituição que trate da flora e da fauna. As atenções da sessão de sábado ficaram mesmo com o vice líder do PDS, deputado Adylson Motta (RS).

Descontinuidade — O parlamentar pediu que a futura Constituição trate com seriedade os assuntos sérios e exemplificou com a compra de apartamentos pela Previdência Social. Segundo ele, 328 apartamentos foram comprados sem licitação, enquanto no mesmo ministério, no mês, foi feita uma licitação para renovação da assinatura da revista trimestral de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. "Isso tudo porque no Brasil o Executivo tem poderes e o Legislativo está desmoralizado". Para Motta, "as sessões vazias da Constituinte são o atestado da desmoralização do Legislativo, que não tem poderes para decidir nada."

Na sessão de ontem, dos 12 constituintes inscritos para falar, apenas sete usaram a tribuna. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) fez citações bíblicas e defendeu os trabalhos constitucionais desenvolvidos até agora. Ivo Mainardi (PMDB-RS) preferiu dissertar sobre o fortalecimento do Poder Judiciário.

Antônio Carlos acha que governo deve buscar sua base além dos partidos

SALVADOR — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (PFL), afirmou que o problema de sustentação do governo Sarney não está na formação de um bloco suprapartidário. O importante, segundo ele, "é o atendimento político, que precisa ser suprapartidário, ou nada funcionará em termos de maioria no governo".

— Se um partido qualquer tem uma bancada de 20 parlamentares, dos quais somente cinco votam com o governo — diz ele —, evidentemente que este deve dar seu atendimento político a essa parcela solidária.

Antônio Carlos acha que caberia ao governo buscar a complementação de sua base de sustentação parlamentar em áreas passíveis de ter a mesma solidariedade política. Lembrando que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, admitiu recentemente ser natural outras forças políticas se juntarem à Aliança Democrática — formada por PFL e PMDB — no esquema de apoio ao governo Sarney, Antônio Carlos observou que "o nome que se queria dar a isso não importa: a necessidade é a de se acrescentarem forças de centro, isolando os radicais, seja com a ampliação da Aliança Democrática, que deve e tem de ser mantida de modo a assegurar uma Constituição consensual, isenta de radicalismo".

Sobre a proposta de votar logo a duração do mandato do presidente Sarney na Constituinte, recomendada pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, o ministro das Comunicações é de opinião que isso não deve ser levantado agora. "Minha tese é de que não se deve discriminar o mandato do presidente Sarney. Caso isso implique redução, o problema só se resolveria com eleições gerais para todos os mandatos em 88" — disse.